

Tenda Atacado Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e relatório
do auditor independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas e administradores do

Tenda Atacado Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Tenda Atacado Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Tenda Atacado Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita líquida

Veja a Nota 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

As transações de venda da Empresa, no segmento de varejo, possuem significativa utilização de informações sistêmicas e complexo nível de integração entre diferentes sistemas de gestão. Em função do alto nível de dependência dos sistemas de gestão, do alto volume de transações processadas, da relevância dos montantes envolvidos nessas operações, bem como da importância dos controles da Empresa sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para determinar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos detalhados de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho e a efetividade operacional dos controles internos sobre as integrações apropriadas nos sistemas para os controles que entendemos como relevantes para as operações de vendas. Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro de vendas e a respectiva geração das informações financeiras. Para as transações de venda da Empresa, nossos testes incluíram a execução de procedimentos sobre a movimentação financeira das disponibilidades durante o exercício e sua conciliação para determinar a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Empresa.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o ambiente de controle de TI relacionado ao reconhecimento da receita líquida de vendas é efetivo e neste aspecto as receitas estão apresentadas adequadamente nas demonstrações financeiras consideradas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais do exercício anterior examinadas por outros auditores independentes

O exame das demonstrações financeiras individuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações com data de 29 de março de 2017. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

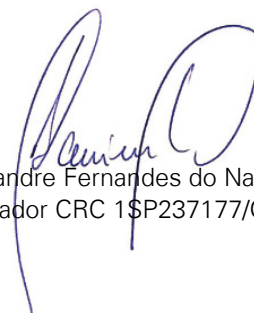
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3



Alexandre Fernandes do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

Tenda Atacado Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.759	76.303	Fornecedores	12	312.655	278.294
Contas a receber	9	61.702	52.577	Empréstimos e financiamentos	13	75.467	96.473
Estoques	10	268.731	261.544	Obrigações tributárias	14.1	5.068	6.893
Tributos a recuperar	-	5.327	2.856	Obrigações trabalhistas	14.2	24.679	23.328
Outros créditos	-	11.552	2.604				
Despesas antecipadas	-	937	855	Outras contas a pagar	-	4.091	4.926
Total do ativo circulante		<u>406.008</u>	<u>396.739</u>	Total do passivo circulante		<u>421.960</u>	<u>409.914</u>
Não circulante				Não circulante			
Outros Créditos	-			Empréstimos e financiamentos	13	65.967	44.190
Impostos diferidos	-	118	78	Receitas antecipadas		693	668
Depósitos judiciais	-	1.093	1.098	Provisão para demandas judiciais	15	4.096	4.096
Imobilizado	11	2.305	1.511	Total do passivo não circulante		<u>70.756</u>	<u>48.954</u>
Intangível	-	148.594	121.097	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>210</u>	<u>292</u>	Capital social	16.1		
Total do ativo não circulante		<u>152.320</u>	<u>124.077</u>	Reserva de lucros	-	41.200	41.200
				Total do patrimônio líquido		<u>24.412</u>	<u>20.747</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>65.612</u>	<u>61.947</u>
Total do ativo		<u>558.328</u>	<u>520.815</u>	Total do passivo		<u>558.328</u>	<u>520.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita líquida	17	2.531.444	2.368.068
Custo da mercadoria vendida	18	<u>(2.181.927)</u>	<u>(2.028.153)</u>
Lucro bruto		<u>349.517</u>	<u>339.915</u>
Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e gerais	18	(301.931)	(293.152)
Despesas Comerciais	18	(31.497)	(27.250)
Outras receitas/despesas operacionais	-	<u>5.377</u>	<u>3.773</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		<u>21.466</u>	<u>23.286</u>
Despesas financeiras	19	(19.040)	(24.333)
Receitas financeiras	20	<u>7.390</u>	<u>7.641</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>9.816</u>	<u>6.594</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.3	(3.522)	(2.131)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.3	<u>(5)</u>	<u>(44)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>6.289</u></u>	<u><u>4.419</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	6.289	4.419
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>6.289</u>	<u>4.419</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Total
		Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.200	16.328	-	57.528
Lucro líquido do exercício	-	-	4.419	4.419
Transferência para retenção de lucros	-	4.419	(4.419)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.200	20.747	-	61.947
Lucro líquido do exercício	-	-	6.289	6.289
Distribuição de lucros (Nota 13.2)	-	(2.625)	-	(2.625)
Transferência para retenção de lucros	-	6.289	(6.289)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.200	24.411	-	65.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.816	6.594
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	23.707	22.311
Baixa de ativo permanente	446	129
Provisão para devedores duvidosos	1.114	152
Provisão de juros sobre empréstimos	15.063	9.736
	<u>50.146</u>	<u>38.922</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(18.098)	11.157
Estoques	(7.187)	(55.931)
Tributos a recuperar	(2.472)	5.053
Outros créditos	(1.129)	(459)
Despesas antecipadas	(82)	246
Impostos diferidos	-	44
Depósitos judiciais pagas	(794)	(915)
Aumento/ (redução) de passivo:		
Fornecedores	34.361	82.889
Obrigações trabalhistas	1.351	3.459
Obrigações tributárias	(1.825)	2.507
Contas a pagar	(835)	3.080
Receitas Antecipadas	25	402
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.522)	(2.175)
Demandas judiciais pagas	-	(571)
	<u>49.939</u>	<u>87.664</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(52.274)	(18.730)
Venda de ativo permanente	708	-
Intangível	-	(3)
	<u>(51.566)</u>	<u>(18.733)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Distribuição de lucros pagos	(2.625)	-
Ingresso de empréstimos	86.953	99.112
Juros pagos sobre empréstimos	(16.498)	8.041
Pagamento de empréstimos	(84.747)	(138.343)
	<u>(16.917)</u>	<u>(31.190)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.544)</u>	<u>37.741</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	76.303	38.562
No final do exercício	<u>57.759</u>	<u>76.303</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.544)</u>	<u>37.741</u>
IR Diferido	<u>5</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Tenda Atacado Ltda. (“Empresa” ou “Tenda Atacado”) tem como objetivo a distribuição e o comércio atacadista e varejista de gêneros alimentícios em geral, a importação e a exportação de produtos relacionados com as suas atividades, o comércio varejista de combustíveis automotivos, derivados de petróleo, lubrificantes e componentes automotivos.

Fundado em janeiro de 2001, a Empresa mantém suas operações de Atacadista Distribuidor com a comercialização de mais de 13.000 (10.500 em 2016) itens. Tem aproximadamente 1 milhão de clientes ativos cadastrados e cerca de 4.663 (4.415 em 2016) colaboradores atuando em diversas áreas.

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em R\$15.952 (R\$13.175 negativo em 31 de dezembro de 2016). Este cenário reflete os desafios da Empresa em alongar os prazos das obrigações financeiras em um cenário econômico desafiador e de falta de crédito.

As Demonstrações Financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional. Foram consideradas para as projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como novas linhas de crédito e alongamento da dívida, deste modo a Administração entende que não há risco de continuidade operacional.

As lojas-armazém, distribuídas por São Paulo, Grande São Paulo e interior de São Paulo, representam atualmente mais de 121 mil m² de área de venda, (112 mil m² em 2016). Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía 28 lojas próprias (25 lojas em 2016).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota Explicativa nº 11** - Determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível: principais premissas relacionadas ao tempo efetivo de utilização dos bens;
- **Nota explicativa 14** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

6 Políticas contábeis

A Administração aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

Venda de mercadorias

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Administração espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos. A administração ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imobilizado	Taxa	
	anual	Anos
Instalações	10%	10 Anos
Benfeitorias	10%	10 Anos
Móveis e utensílios	10%	10 Anos
Equipamentos de informática	20%	5 Anos
Veículos	20%	5 Anos
Maquinas e equipamentos	10%	10 Anos
Outros bens	10%	10 Anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Administração e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Intangível	Taxa	
	anual	Anos
Softwares	20%	5 Anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Administração classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Administração classifica passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria: outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Administração reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Administração desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

j. Capital social

Quotas ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas e opções de quotas são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Empresa considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Administração considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Administração utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Contingencias

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais da Empresa. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 15.

m. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Administração determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Administração conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável

separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Empresa.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

A formação da provisão tem como principal base a média histórica de perdas, além de contas a receber específicos considerados incobráveis.

p. Pagamento de fornecedores (acordo comercial de composição de custo)

A Empresa recebe bonificações, abatimentos em duplicata e mercadorias de fornecedores relativas aos contratos de fornecimento “acordos comerciais de composição de custo”, que são registradas como redutora das compras e reconhecidas ao resultado no período em que o estoque relacionado é vendido.

q. Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:

O IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O IFRS 15/CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas (CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e a IFRS 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Será aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo único para o reconhecimento da receita, com novos conceitos e princípios relacionados principalmente à identificação da obrigação de desempenho e a alocação do preço para contratos múltiplos.

A maioria das receitas da Empresa decorre da venda de mercadorias suas lojas para clientes finais. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são atualmente reconhecidas no momento do pagamento da compra pelo cliente, nos checkouts das lojas i.e. quando o bem é entregue, o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos, conforme CPC 30, e que também corresponde ao momento no qual o cliente obtém o controle dos produtos (momento do reconhecimento da receita de acordo com o IFRS 15/CPC 47).

Com base na sua avaliação, a Empresa não espera que a aplicação do IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais.

A Empresa planeja adotar o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Empresa não aplicará os requerimentos do IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substituirá o o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo, onde a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

O CPC 48 também substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Empresa em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31 de dezembro de 2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Empresa detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Empresa estima os seguintes potenciais impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017:

- Aumento das divulgações, por conta das exigências do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável);
- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo em relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38;
- A Empresa não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48;
- As perdas por redução ao valor recuperável devem se manter estáveis com a anteriormente de acordo com o CPC 38. A Empresa elaborou a metodologia para definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme o CPC 48.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspecto Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Empresa estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

A Empresa pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixas e bancos	2.427	4.070
Numerários em trânsito	14.460	12.462
Aplicações financeiras - partes relacionadas (nota 23)	19.330	35.245
Aplicações financeiras	21.542	24.526
Total	57.759	76.303

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com base em 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% do CDI em 2016), podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração pactuada.

As aplicações com partes relacionadas, são debêntures com a Tenda Securitizadora S.A.

A emissão destas debêntures ocorreram em duas emissões conforme segue:

A primeira em 01 de setembro de 2015, no total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures ao valor de R\$ 1 (um mil reais) cada, securitizáveis e não conversíveis em ações, com prazo de 244 meses.

Já a segunda, em 01 de junho de 2016, no total de 70.000 (setenta mil) debêntures ao valor de R\$ 1 (um mil reais) cada, simples e não conversíveis em ações, com prazo de 235 meses.

9 Contas a receber

Descrição	2017	2016
Administradoras de cartões	24.109	17.200
Contas a receber - partes relacionadas (nota 23)	28.331	24.054
Clientes	10.851	11.798
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.589)</u>	<u>(475)</u>
Total	<u><u>61.702</u></u>	<u><u>52.577</u></u>

Contas a receber líquidas por vencimento

	2017	2016
A vencer	31.337	17.707
Vencidos:		
Até 30 dias	22.034	26.382
De 31 a 60 dias	5.423	2.648
De 61 a 90 dias	3.714	70
De 91 a 120 dias	480	152
Há mais de 120 dias	<u>303</u>	<u>6.093</u>
Total	<u><u>63.291</u></u>	<u><u>53.052</u></u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Em 1º de janeiro	(475)	(322)
Adições	(2.624)	(281)
Baixas	1.510	128
Em 31 de dezembro	<u>(1.589)</u>	<u>(475)</u>

10 Estoques

Descrição	2017	2016
Centro de distribuição	62.386	49.458
Lojas	205.807	211.548
Combustíveis	<u>538</u>	<u>538</u>
Total	<u><u>268.731</u></u>	<u><u>261.544</u></u>

A Administração reconhece as perdas diretamente no resultado, portanto, não constitui provisão para estoques, visto que estas se realizam no mês subsequente e o giro do estoque é de aproximadamente um mês.

11 Imobilizado

%			
Descrição	Taxa anual	2017	2016
Instalações	10%	65.277	49.379
Benfeitorias	10%	170.466	148.525
Móveis e utensílios	10%	24.888	22.787
Equipamentos de informática	20%	17.270	11.298
Veículos	20%	6.985	6.733
Maquinas e equipamentos	10%	25.248	24.087
Outros bens (i)	10%	1.242	693
Imobilizado em andamento	-	1.055	1.385
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	4.398	1.380
Subtotal		<u>316.829</u>	<u>266.267</u>
(-) Depreciação acumulada		<u>(168.235)</u>	<u>(145.170)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>148.594</u></u>	<u><u>121.097</u></u>

- (i) Outros bens representam ferramentas e bens de pequeno valor
- (ii) Referem-se a adiantamentos para compras de imobilizado, durante a construção das lojas, tais quais câmaras frias, refratários e outros. O saldo aumenta consideravelmente visto a abertura de novas lojas.

Descrição	Taxa anual	2016	2015
Instalações	10%	49.379	41.770
Benfeitorias	10%	148.525	137.533
Móveis e utensílios	10%	22.787	21.356
Equipamentos de informática	20%	11.298	9.770
Veículos	20%	6.733	5.806
Maquinas e equipamentos	10%	24.087	23.417
Outros bens	10%	693	246
Imobilizado em andamento	-	1.385	6.539
Adiantamento de fornecedores	-	1.380	1.375
Subtotal		<u>266.267</u>	<u>247.812</u>
(-) Depreciação acumulada		<u>(145.170)</u>	<u>(123.088)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>121.097</u></u>	<u><u>124.724</u></u>

Movimentação do imobilizado

	2016	Adições	Baixas	Transf.	Custo 2017
Instalações	49.379	16.224	(274)	(52)	65.277
Benfeitorias	148.525	10.682	-	11.259	170.466
Móveis e utensílios	22.787	2.457	(345)	(11)	24.888
Equipamentos de informática	11.298	6.359	(467)	80	17.270
Veículos	6.733	390	(138)	-	6.985
Máquinas e equipamentos	24.087	1.632	(467)	(4)	25.248
Outros bens	693	583	(21)	(13)	1.242
Imobilizado em andamento	1.385	7.122	-	(7.452)	1.055
Adiantamento de fornecedores	1.380	6.825	-	(3.807)	4.398
Total	266.267	52.274	(1.712)	-	316.829

	2016	Adições	Baixas	Depreciação 2017
Instalações	(16.588)	(5.308)	82	(21.814)
Benfeitorias	(85.947)	(12.383)	-	(98.330)
Móveis e utensílios	(13.599)	(1.617)	202	(14.945)
Equipamentos de informática	(7.335)	(1.510)	69	(8.845)
Veículos	(4.900)	(646)	108	(5.438)
Máquinas e equipamentos	(16.513)	(1.560)	96	(17.977)
Outros bens	(288)	(599)	1	(886)
Total	(145.170)	(23.623)	558	(168.235)

Imobilizado líquido	121.097	-	-	148.594
----------------------------	----------------	----------	----------	----------------

	2015	Adições	Baixas	Transf.	Custo 2016
Instalações	41.770	7.689	(93)	13	49.379
Benfeitorias	137.533	-	(34)	11.026	148.525
Móveis e utensílios	21.356	1.483	(14)	(38)	22.787
Equipamentos de informática	9.770	1.616	(122)	34	11.298
Veículos	5.806	927	-	-	6.733
Máquinas e equipamentos	23.417	692	(11)	(11)	24.087
Outros bens	246	447	(1)	1	693
Imobilizado em andamento	6.539	1.384	-	(6.538)	1.385
Adiantamento de fornecedores	1.375	4.492	-	(4.487)	1.380
Total	247.812	18.730	(275)	-	266.267

	2015	Adições	Baixas	Depreciação 2016
Instalações	(12.250)	(4.348)	10	(16.588)
Benfeitorias	(73.190)	(12.757)	-	(85.947)
Móveis e utensílios	(11.932)	(1.675)	8	(13.599)
Equipamentos de informática	(6.476)	(980)	121	(7.335)
Veículos	(4.355)	(545)	-	(4.900)
Máquinas e equipamentos	(14.666)	(1.854)	7	(16.513)
Outros bens	(219)	(69)	-	(288)
Total	(123.088)	(22.228)	146	(145.170)

Imobilizado líquido	124.724	-	-	121.097
----------------------------	----------------	----------	----------	----------------

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente. Da mesma forma, não possui bens com arrendamento mercantil financeiro.

Os itens do ativo imobilizado são compostos por valores residuais historicamente inferiores ao valor justo destes imobilizados, sendo assim a empresa avaliou e não ocorreram mudanças na vida útil dos bens durante o exercício corrente.

12 Fornecedores

Descrição	2017	2016
Nacionais	236.512	224.139
Internacionais	2.779	295
Partes relacionadas (nota 23)	57.981	43.500
Serviços e consumo	15.309	10.304
Outros	74	56
Total	<u>312.655</u>	<u>278.294</u>

A Empresa mantém operações financeiras relacionadas à antecipação de recebíveis dos seus fornecedores. A referida operação é efetuada com a parte relacionada Tenda Securitizadora S.A e não altera substancialmente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos entre os fornecedores e a Empresa, portanto, a Administração a classifica na rubrica de Fornecedores.

13 Empréstimos e financiamentos

Tipo	Taxa média de juros	2017	2016
Capital de giro	CDI + 1,2% a.a	111.152	100.639
Financiamentos - FINAME	4,50% a.a	24.363	24.015
Financiamentos - FINEM	3,95% a.a + TJLP	4.892	14.982
Outros financiamentos (1)	-	1.027	1.027
Total		<u>141.434</u>	<u>140.663</u>
Circulante		75.467	96.473
Não circulante		65.967	44.190

Tipo	2016	Entradas	Pagamentos principal	Pagamento juros	Juros	2017
Capital de giro	100.639	83.000	(74.042)	(13.085)	14.640	111.152
Financiamentos - FINAME	24.015	3.953	(832)	(2.842)	69	24.363
Financiamentos - FINEM	14.982	-	(9.873)	(571)	354	4.892
Outros financiamentos (1)	1.027	-	-	-	-	1.027
Total	140.663	86.953	(84.747)	(16.498)	15.063	141.434

(1) Outros financiamentos é constituído por contrato de metas de venda com a Shell do Brasil.

Para os contratos de Finame e Finem, as garantias são os próprios bens financiados, para os demais contratos as garantias são avais dos quotistas da Empresa.

Para os contratos de capital de giro, os quotistas da Empresa possuem 8 notas promissórias emitidas em 31 de agosto de 2017 no valor de R\$ 6.250 cada e com vencimentos trimestrais a partir de março de 2018

Os avalistas são os quotistas da Empresa e estas notas estão sujeitas as mesmas cláusulas de covenants do Banco Safra abaixo descritas.

O empréstimo de capital de giro realizado junto ao IDB (Inter-American Development Bank) que soma R\$ 1.532 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 5.487 em 31 de dezembro de 2016) está sujeito a cláusulas restritivas, de acordo com as práticas de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que:

- (a) A dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA, não exceda 3,00;
- (b) O índice de liquidez seja menor que 1,00;
- (c) O índice de cobertura da dívida seja menor que 1,50.
- O contrato do IDB prevê a avaliação dos índices ao nível das demonstrações financeiras combinadas do Grupo, o que não se repete para o contrato do Safra que avalia os índices individuais do Tenda Atacado Ltda.

O empréstimo de capital de giro realizado junto ao Banco Safra S.A. que soma R\$ 51.453 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$ 26.453 no curto prazo e R\$ 25.000 no longo prazo (R\$ 43.397 em 31 de dezembro de 2016) está sujeito a cláusulas restritivas, de acordo com as práticas de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que:

- (d) A dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA, não exceda 4,00;

O empréstimo de capital de giro realizado junto ao Banco do Brasil S.A. que soma R\$ 11.931 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$ 3.806 no curto prazo e R\$ 8.125 no não circulante (R\$ 15.156 em 31 de dezembro de 2016) está sujeito a cláusulas restritivas, de acordo com as práticas de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que:

- (e) A dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA, não exceda 2,75;

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa está adimplente com os *covenants*.

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	2017
2019	47.097
2020	8.303
2021	4.579
2022	3.040
2023	1.814
2024	1.109
2025	25
Total	<u>65.967</u>

14 Obrigações trabalhistas e tributárias

14.1 Obrigações tributárias

Descrição	2017	2016
COFINS (i)	-	1.687
PIS (i)	-	347
CSLL (i)	-	495
ICMS	4.856	4.127
IRRF	30	23
Outros impostos	182	214
Total	<u>5.068</u>	<u>6.893</u>

(i) O saldo de PIS, COFINS e CSLL ficou credor na data base, não havendo saldos em 31 de dezembro de 2017 pendentes de liquidação.

14.2 Obrigações trabalhistas

Descrição	2017	2016
Salários	4.327	4.241
FGTS	1.025	1.009
INSS	3.287	3.139
Outros encargos	1.110	880
Provisão para férias e encargos	14.930	14.059
Total	<u>24.679</u>	<u>23.328</u>

14.3 Impostos de renda e contribuição social

No exercício corrente a Empresa não possui prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Tenda Atacado (R\$2.226 em 31 de dezembro 2016).

a. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	2017	2016
Correntes		
Imposto de renda	(2.567)	(1.550)
Contribuição social	(955)	(581)
	(3.522)	(2.131)
Diferidos		
Imposto de renda	(4)	(33)
Contribuição social	(1)	(11)
	(5)	(44)
	(3.527)	(2.175)

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.816	6.594
Alíquota nominal	34%	34%
(Despesa) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(3.337)	(2.242)
Efeito das adições e exclusões:		
Multas indedutíveis	(107)	(25)
Donativos e contribuições	(108)	(63)
		(622)
Brindes	(445)	
Aluguéis	-	551
Outros	406	187
	(3.591)	(2.214)
Benefícios fiscais		
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	64	39
	(3.527)	(2.175)
Imposto de renda e contribuição social efetivos		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.522)	(2.131)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5)	(44)
Alíquota efetiva	36%	33%

14.4 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Descrição	2017	2016
Provisões diversas	280	293
Provisão dissídio coletivo	399	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	414	48
Prejuízos fiscais e base negativa	-	757
	1.093	1.098
Total	1.093	1.098

Cronograma de realização:

Ano	2017
2018	399
2019 a 2023	<u>694</u>
Total	<u>1.093</u>

Em função do histórico recente de lucros tributáveis e da projeção de lucratividade futura para realização desses ativos, a Empresa mantém registrado o crédito fiscal referente a diferenças temporárias. Neste exercício compensou o montante de R\$ 5 (R\$44 em 31 de dezembro de 2016).

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias.

15 Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, o Tenda Atacado fica exposto a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis em discussão:

Descrição	2017	2016
Trabalhistas (a)	2.746	2.746
Cíveis (b)	<u>1.350</u>	<u>1.350</u>
Total	4.096	4.096
(-) Depósitos judiciais (c)	<u>(2.305)</u>	<u>(1.511)</u>
Risco líquido	1.791	2.585

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões trabalhistas e cíveis movidos contra a Empresa, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente como segue:

- (a) Processos trabalhistas, principalmente relativos a demissões no curso normal de seus negócios..
- (b) Processos de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.
- (c) O referido valor refere-se a depósitos judiciais trabalhistas que são efetuados para garantia dos processos em curso.

Movimentação da Provisão

Saldo em 2016	4.096
Baixa de processo por pagamento	<u>-</u>
Saldo em 2017	4.096

A Empresa também é parte em contingências administrativas e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista no montante de R\$ 17.410 (R\$ 13.450 em 2016), cuja probabilidade de perdas é possível, na avaliação de seus assessores legais. Com base na análise individual dos processos judiciais correspondentes e, suportada por opinião de seus assessores legais, a Administração entende que esses processos, cujos prognósticos de perda são avaliados como possíveis, não necessitam de provisão.

As contingências classificadas como possíveis referem-se, basicamente, autuações da Receita Federal requerendo multas sobre imposto de renda no montante R\$ 4.095 (R\$ 6.160 em 2016) e autuações de ICMS no montante de R\$ 3.705 (R\$ 3.380 em 2016).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é de R\$41.200, representado por 41.200.000 quotas no valor de R\$1 cada.

16.2 Distribuição de lucros

O Tenda Atacado aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.625 em 2017, (em 2016 não houve distribuição) referente aos lucros auferidos no exercício.

17 Receita líquida

Descrição	2017	2016
Mercado interno	2.661.425	2.542.501
Mercado interno - partes relacionadas (nota 23)	64.766	3
Mercado externo	11.490	3.483
Comercial exportadora	4.584	4.075
Devoluções e abatimentos	(8.174)	(6.529)
ICMS sobre vendas	(93.997)	(74.754)
PIS sobre vendas	(19.233)	(17.869)
Cofins vendas	(89.417)	(82.842)
	<u>2.531.444</u>	<u>2.368.068</u>
Receita líquida	<u>2.531.444</u>	<u>2.368.068</u>

18 Despesas por natureza

	2017	2016
Custo com estoques	(2.181.927)	(2.028.153)
Despesas com pessoal	(167.764)	(154.932)
Serviços de terceiros	(14.199)	(13.824)
Material de consumo	(22.773)	(30.303)
Outras despesas	(128.692)	(121.343)
	<u>(2.515.355)</u>	<u>(2.348.555)</u>

Tenda Atacado Ltda.
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017 e
relatório do auditor independente*

	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas	(2.181.927)	(2.028.153)
Despesas com vendas	(31.497)	(27.250)
Despesas gerais e administrativas	<u>(301.931)</u>	<u>(293.152)</u>
	<u>(2.515.355)</u>	<u>(2.348.555)</u>

19 Despesas financeiras

Descrição	2017	2016
Despesas de captação	(2.562)	(3.317)
Juros sobre empréstimos	(13.292)	(17.464)
Impostos sobre receitas financeiras	(381)	(620)
Despesas de variação cambial	(676)	(1.700)
Despesas com contratos	(539)	(693)
Despesas com antecipações	(973)	(184)
Outras despesas financeiras	(617)	(355)
Total	<u>(19.040)</u>	<u>(24.333)</u>

20 Receitas financeiras

Descrição	2017	2016
Receitas de aplicações financeiras	4.499	4.916
Receitas de variação cambial	448	920
Multa de mora recebidas	2.080	1.162
Outras receitas financeiras	<u>363</u>	<u>643</u>
Total	<u>7.390</u>	<u>7.641</u>

21 Instrumentos financeiros

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2017

	Ref	Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo a custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.759	40.872	16.887	-
Contas a receber	9	61.702	-	61.702	-
Outros créditos		11.552	-	11.552	-
Outros valores a receber		<u>118</u>	<u>-</u>	<u>118</u>	<u>-</u>
Total ativo		<u>131.131</u>	<u>40.872</u>	<u>90.259</u>	<u>-</u>
Fornecedores	12	312.655	-	-	312.655
Empréstimos e financiamentos	13	75.467	-	-	75.467
Outras contas a pagar		4.091	-	-	4.091
Empréstimos e financiamentos	13	<u>65.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.967</u>
Total passivo		<u>458.180</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>458.180</u>

Tenda Atacado Ltda.
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017 e
relatório do auditor independente*

Em 31 de dezembro de 2016

	Ref	Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo a custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	8	76.303	59.771	16.532	-
Contas a receber	9	52.577	-	52.577	-
Outros créditos		2.604	-	2.604	-
Outros valores a receber		78	-	78	-
Total ativo		131.562	59.771	71.791	-
Fornecedores	12	278.294	-	-	278.294
Empréstimos e financiamentos	13	96.473	-	-	96.473
Outras contas a pagar		4.926	-	-	4.926
Empréstimos e financiamentos	13	44.190	-	-	44.190
Total passivo		423.883	-	-	423.883

Valor justo versus contábil

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

	Ref	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.759	57.759	76.303	76.303
Contas a receber	9	61.702	61.702	52.577	52.577
Outros créditos		11.552	11.552	2.604	2.604
Outros valores a receber		118	118	78	78
Total ativo		131.131	131.131	131.562	131.562
Fornecedores	12	312.655	312.655	278.294	278.294
Empréstimos e financiamentos	13	75.467	75.467	96.473	96.473
Outras contas a pagar		4.091	4.091	4.926	4.926
Empréstimos e financiamentos	13	65.967	65.967	44.190	44.190
Total passivo		458.180	458.180	423.883	423.883

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo com base na hierarquia prevista no CPC 46 - Medição de valor justo

Em 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	40.872	-	40.872

Em 31 de dezembro de 2016

	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	59.771	-	59.771

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2017 e 2016.

21.2 Principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

O Tenda Atacado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Empresa entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração do Tenda Atacado, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, o Tenda Atacado procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

21.2.1 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Empresa não conseguir liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado.

Os empréstimos e seus vencimentos estão detalhados na nota explicativa 13

Em 25 de agosto de 2017 a Empresa emitiu notas promissórias que totalizam R\$ 50.000. Foram emitidas em oito séries e os recursos captados foram utilizados para garantia dos empréstimos contraídos junto ao Banco Safra.

As projeções de fluxo de caixa da Empresa são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através de contratações de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a parte relacionada Tenda Securitizadora S.A (vide nota 23).

21.2.2 **Risco da taxa de juros**

A Empresa possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juro. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue:

<i>Em 31 de dezembro de 2017</i>			<u>Baixo</u>			<u>Alto</u>		
	Nota Explicativa	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	8	40.872	4.087	10.218	20.436	(4.087)	(10.218)	(20.436)
Empréstimos	13	(141.434)	<u>(14.143)</u>	<u>(35.359)</u>	<u>(70.717)</u>	<u>14.143</u>	<u>35.359</u>	<u>70.717</u>
Exposição líquida		(100.562)	<u>(10.056)</u>	<u>(25.141)</u>	<u>(50.281)</u>	<u>10.056</u>	<u>25.141</u>	<u>50.281</u>
<i>Em 31 de dezembro de 2016</i>			<u>Baixo</u>			<u>Alto</u>		
	Nota Explicativa	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	8	59.771	5.977	14.943	29.886	(5.977)	(14.943)	(29.886)
Empréstimos	13	(140.663)	<u>(14.066)</u>	<u>(35.166)</u>	<u>(70.332)</u>	<u>14.066</u>	<u>35.166</u>	<u>70.332</u>
Exposição líquida			<u>(8.089)</u>	<u>(20.223)</u>	<u>(40.446)</u>	<u>8.089</u>	<u>20.223</u>	<u>40.446</u>

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

A Empresa possui empréstimos denominados em moeda estrangeira, porém a totalidade da exposição cambial esta protegida através de instrumento financeiro derivativo “swap” ao fim de dezembro de 2017, vide nota explicativa 22.

21.2.3 **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e empréstimos a pagar.

21.2.4 **Risco de crédito**

O principal risco decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber proveniente de vendas com cartão de crédito, representando aproximadamente 1,60% em comparação as vendas no exercício de 2017 (1,51% em 31 de dezembro 2016).

A Empresa exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

O *aging* do seu contas a receber e análise das perdas por inadimplência estão apresentadas na nota explicativa 9

22 **Transações com instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa contratou operações de *swap* para proteção contra o impacto da variação cambial na operação de financiamento em moeda estrangeira, em que a variação cambial e as taxas de juros foram trocadas por encargos financeiros atrelados a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

23 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a valores decorrentes de serviços prestados às Empresas coligadas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos, pagamento de aluguel pela utilização das lojas e operação de securitização de títulos.

	2017	2016
Ativo		
Circulante		
Aplicações - nota 8		
Tenda Securitizadora S.A.	19.330	35.245
	<u>19.330</u>	<u>35.245</u>
Contas a receber - nota 9		
Voxcred Adm. cartões, serviços e processamento S/A	7.141	19.984
Select Logística Integrada Ltda.	2	1
Baurupar Comercial Ltda.	21.188	-
Alimenta Angola Lda	-	3.790
Técnica Adm e Participações Ltda.	-	1.006
Técnica CRP Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	3.063
	<u>28.331</u>	<u>27.844</u>
Outras contas a receber		
Alimenta Angola Lda	4.857	-
Técnica Adm e Participações Ltda.	1.006	-
Técnica CRP Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	3.064	-
	<u>8.927</u>	<u>-</u>
Total Ativo	<u><u>56.588</u></u>	<u><u>63.089</u></u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores - nota 12		
Apoio Trade Ltda.	100	100
Técnica Administração e Participações Ltda.	4.531	853
Select Logística Integrada Ltda.	2.579	4.220
Voxcred Adm. Cartões, serviços e Processamento S/A.	121	-
Baurupar Comercial Ltda.	5	-
Tenda Securitizadora S.A.	49.255	37.982
Técnica CRP Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	1.390	345
	<u>57.981</u>	<u>43.500</u>
Outros		
PSN Participações Ltda.	-	3.000
	<u>57.981</u>	<u>46.500</u>
Resultado		
Receita na venda de mercadorias (nota 17)		
Select Logística Integrada Ltda.	15	3
Baurupar Comercial Ltda.	64.751	-
Outras receitas		
Alimenta Angola Lda	1.975	1.304
Impostos s/ venda de mercadorias		
Baurupar Comercial Ltda.	(4.342)	-
Devoluções s/ venda de mercadorias		
Select Logística Integrada Ltda.	(2)	(1)
Baurupar Comercial Ltda.	(1.547)	-
Despesa operacional		
Select Logística Integrada Ltda. - Fretes	(17.769)	(16.431)
Técnica Administração e Participações Ltda.- Aluguéis	(14.323)	(12.382)
Técnica CRP Empreendimento Imob. SPE Ltda - Aluguéis	(4.004)	(3.772)
Voxcred Adm. cartões, serviços e processamento S/A - Tarifa Cartão	(2.268)	(203)
	<u>(22.590)</u>	<u>(31.626)</u>
Total do resultado	<u><u>22.590</u></u>	<u><u>(31.626)</u></u>

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, bem como as transações que afetaram o resultado do exercício, relativos a transações com empresas relacionadas, foram realizados em condições específicas acordadas entre as partes para os respectivos tipos de transações.

Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos administradores da Empresa são resumidas como segue:

	2017	2016
Pró-labore	60	60

24 Seguros

A Empresa mantém seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros encontram-se demonstradas a seguir:

Descrição	RS - Cobertura
Incêndio, queda de raio, explosão	67.931
Pagamento de aluguel	1.200
Lucro bruto (decorrente básico)	5.000
Vendaval, fumaça	3.200
Tumultos, greves e lock out	5.000
Danos elétricos	275
Outros	2.300
Descrição	RS- Cobertura
Lojas e CD	685.878
Postos de combustível	2.520
Exportação	870
Importação	1.740

A suficiência das coberturas contratadas, dada a sua natureza, não faz parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

25 Arrendamento mercantil - Compromissos

a. Arrendamento mercantil operacional

(i) Compromissos e obrigações

	2017	2016
Passivo Bruto de Arrendamento mercantil operacional		
De 1 a 5 anos	(193.884)	(32.431)
Acima de 5 anos	(115.170)	(179.062)
	(309.054)	(211.493)

Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos de arrendamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 variam entre cinco e dez anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”). Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação negociados entre as partes.